



Lei das interceptações tem de ser revista, diz ministro

O modelo de interceptação telefônica já começa dar “sinais de exaustão”. É preciso responsabilidade de quem tem acesso a informações sigilosas e uma revisão da lei do grampo. A constatação é do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes.

Reportagem do *Estado de S. Paulo* informa que o ministro entende ser necessário a discussão de um novo projeto de lei para regulamentar as escutas. Mas não é só. Mendes considera importante uma “atitude de autodisciplina por parte dos órgãos responsáveis pela interceptação”.

Gilmar Mendes alertou para os vazamentos, que em determinado contexto e com um propósito específico pode fazer com que haja uma condenação prévia de uma pessoa, sem que isso se confirme posteriormente. Em entrevista coletiva, o ministro criticou o vazamento de informações e a falta de apuração e punição dos que divulgam os dados.

“Lamento muito, mas na verdade todos nós estamos numa posição de bastante desconforto com essa situação. Todos nós também ficamos irados com toda exposição a que estão submetidos homens públicos a partir de determinadas atitudes que são imputáveis ao aparelho policial”, afirmou o ministro ao ser informado de que policiais federais ficaram “irados” com suas críticas.

O ministro reconheceu a dificuldade de identificar quem vaza as informações. “É claro que na medida em que se amplia o conhecimento sobre esses dados também existe a possibilidade de se ampliar os vazamentos”, afirma.

Gilmar Mendes se reuniu, em São Paulo, com os presidentes dos 5 Tribunais Regionais Federais. Ele voltou a apontar para agentes federais quando condenou a violação do segredo sobre escutas telefônicas e outros dados pertinentes a inquéritos. O ministro afirmou que vazamentos que colocam pessoas dignas sob os “maus olhos da população”, com intenção de manipular, deixa todos indignados.

“Criou-se uma cultura no sentido de que aquilo que é eventualmente afirmado por um dado sujeito, em geral pessoas de muito má reputação, assume uma credibilidade que parece a revelação do Evangelho. É extremamente preocupante que se tome como verdades aquilo que é dito por pessoas com idoneidade altamente questionável. Então, é bom que tenhamos bastante cautela”, alertou.

Para o ministro, é preciso discutir o tema com seriedade e cobrar responsabilidade na divulgação de dados. “ Vivemos situações extremamente constrangedoras e deletérias para a credibilidade da própria Justiça”, afirmou.

Date Created

05/07/2008